



MINISTÉRIO DO ESPORTE  
COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA  
CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRIDADE

**ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRIDADE DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA - CTI/CGI/MESP**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas e cinco minutos, na sede do Ministério do Esporte (MEsp) na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, "Sala das Bandeiras", Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP: 70054-906, foi realizada a 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Integridade, presidida pelo Coordenador da Câmara Técnica de Integridade, Sr. **Wesley Alexandre Tavares**, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); e com o comparecimento da Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves**, membro e Presidente da Comissão de Ética Setorial (CE); Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira**, membro e representante da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior**, membro e Ouvidor (OUV); Sr. **Felipe Mateus Sampaio da Silva**, membro e Corregedor (COR); Sr. **Daniel de Oliveira Piza**, membro e Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD); e Sra. **Tarciana Barreto Sá**, membro e Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva (SE). Registrada a presença da Sra. **Leila Bezerra Motta** (OUV); e dos integrantes da equipe da AECI, Sr. **Leonardo Passinato e Silva**, Analista Técnico de Políticas Sociais; Sr. **José Adão da Silva**, Assessor Técnico; e Sr. **Matheus Vinicius de Jesus Ribeiro**, Apoio Administrativo. Verificado o quórum, consoante o art. 8º, § 7º, da Portaria MEsp nº 50, de 7 de agosto de 2023, deu-se início à reunião, tendo por pauta apresentação sobre a Política de Integridade do MEsp, por ocasião da visita da Sra. **Izabela Correa**, Secretária de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União (SIP/CGU), acompanhada, nesta oportunidade, de integrantes da equipe da SIP/CGU, Sra. **Renata Figueiredo**, Diretora de Promoção da Integridade; e Sr. **Rodrigo Paiva**, Chefe de Gabinete. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros e cumprimentando a Sra. **Izabela Correa** e demais integrantes da equipe da SIP/CGU; e apresentando os membros da CTI, dando destaque ao fato de a presente reunião ser efetivamente uma reunião ordinária deste Colegiado. A Sra. **Tarciana Barreto Sá**, cumprimentando a equipe da SIP/CGU, agradeceu a visita e relembrou a contínua interlocução mantida com este órgão, tendo afirmado que tal parceria institucional e a ocasião desta reunião corroboram o Programa T.I.M.E. e a temática da Integridade, a respeito da qual destacou, em nome do Sr. Secretário-Executivo do MEsp, o apreço mantido pela Alta Administração. Em seguida, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** passou à exposição da estrutura de Governança e Integridade do MEsp, conforme apresentação que vai anexada ([16494352](#)). No decurso da apresentação, ao fazer a exposição em ordem cronológica dos atos normativos de integridade, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** destacou que a celeridade na criação de atos normativos em 2023 foi possível graças ao acúmulo de experiência na temática no contexto do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), tendo sido a Política de Governança lançada já em janeiro daquele ano; que houve necessidade de criação ou recriação de estruturas, em vista da recriação do próprio Ministério; que o Programa de Integridade foi lançado em dezembro de 2023, tendo-se seguido o lançamento do Plano de Integridade já em março de 2024, com algumas ações já concretizadas nesse ínterim, a exemplo dos atos normativos mencionados e da consequente criação da estrutura de governança, consistente no Comitê de Governança Interna (CGI) e suas respectivas Câmaras Técnicas; que a elaboração da Portaria que regula situações de nepotismo, entre outras iniciativas, envolveu importante interlocução com a CGU, no que o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** recordou que tal interlocução se deu, inclusive, no contexto de certas consultas realizadas a respeito de casos concretos. Dando seguimento, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** relatou que a elaboração do Plano de Integridade envolveu a interlocução com a Alta

Administração e diversas outras instâncias; que optou-se por dividir as 138 ações do Plano referido em eixos, contendo ações de curto, médio e longo prazo; que embora a vigência do Plano seja de 2023 a 2025, as ações de longo prazo são, na prática, de execução bienal; que o Eixo I do Plano é de caráter mais estruturante e transversal, destacando-se as ações de comunicação via *cards*, cuja temática inicial foi a das vedações do período eleitoral; e a produção de materiais técnico-pedagógicos sobre a temática da integridade junto às entidades esportivas, englobando não apenas aquelas que recebem recursos das receitas lotéricas, mas toda entidade sujeita a certificação e responsável pela gestão de recursos públicos no contexto do Sistema Nacional do Esporte; que as ações do Eixo II relacionam-se especialmente à atuação da Comissão de Ética; que o Eixo III relaciona-se essencialmente à atuação da Ouvidoria, destacando-se ações como o lançamento do Disque Esporte e do Portal de Transparência e Integridade, este previsto para ir ao ar até o fim da vigência do Plano de Integridade; que as ações do Eixo IV têm foco na atuação da Corregedoria e da Ouvidoria; que o Eixo V compreende diversas ações a cargo da APSD e da Ouvidoria; que o Eixo VI está estruturado muito em torno à atuação da própria AECL e no mapeamento de macroprocessos, destacando-se a elaboração em curso da Política de Gestão de Riscos, em conjunto com a Diretoria de Projetos (DPROJ/SE) e em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); e que há muitos contratos ainda geridos pelo MDS, sobretudo no tocante a tecnologia da informação (TI). A Sra. **Tarciana Barreto Sá** esclareceu que o MEsp se encontra em momento de transição no contexto da gestão compartilhada, em que os contratos anteriormente firmados sob a égide do MDS passam, à medida em que se encerram, a ser estabelecidos na esfera do MGI; que os contratos da área de TI formalizados no contexto do MDS seguem vigentes; e que, no que diz respeito à gestão de riscos, há muito boa interlocução e suporte por parte da Secretaria de Gestão, independentemente da situação da gestão compartilhada. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** declarou entender haver papel fundamental da AECL no apoio e participação na gestão de riscos, embora saiba tratar-se de atividade de gestão, cujo *locus* se encontra atualmente em discussão na CGU. Diante disso, a Sra. **Izabela Correa** questionou se no âmbito da gestão de riscos seriam abordados todos os tipos de riscos ou se os riscos de integridade seriam tratados separadamente, ao que o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** informou que os riscos de integridade seriam inicialmente de responsabilidade da CTI e da AECL, enquanto unidade setorial de Integridade definida normativamente, mas de forma integrada à gestão de riscos em sentido amplo, por compreender que os riscos de integridade seriam comuns a todas as demais categorias, especialmente em vista do perfil descentralizado das políticas públicas de competência do MEsp; e o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** destacou o entrelaçamento entre os riscos de integridade e os riscos operacionais, entre outros; e afirmou haver diálogo em curso sobre o levantamento e tratamento dos riscos como uma atividade contínua. Prosseguindo com a exposição dos eixos do Plano de Integridade, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** observou que o Eixo VII tem protagonismo da Corregedoria. O Sr. **Rodrigo Paiva** observou que a gestão de riscos é condicionada pelo recorte dado por sua metodologia, ao que o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** concordou, tendo destacado haver forte relação entre riscos de integridade e os demais riscos, ainda que operacionais e financeiros, por conta do viés de responsabilização; que o Plano de Integridade dispõe de capítulo sobre riscos de integridade; que há necessidade de discussão da metodologia, mas a equipe é reduzida, sendo necessário o apoio da CGU, da CTI e da Alta Administração para dar prosseguimento; que o monitoramento do Plano está estruturado de forma relativamente simples, na perspectiva de um Ministério desprovido de carreira própria, muito dependente de pessoal cedido e terceirizado; que, em vista disso, não se pretende burocratizar excessivamente o monitoramento; que neste momento há ênfase no monitoramento de ações de curto prazo; que muitas destas ações já se encontram implementadas, conforme evidenciado no preenchimento recente do formulário de avaliação do Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP); que atualmente corre o prazo para as áreas realizarem o preenchimento das etapas de suas respectivas ações na planilha de monitoramento, a serem posteriormente consolidadas pela AECL; que se prevê a apresentação de tal consolidação ao CGI em setembro; que se pretende avaliar o andamento das ações e também a percepção de maturidade do tema no Ministério; que outras Pastas têm nível de maturidade muito maior do que o do MEsp, dada sua recente recriação; que, a despeito disso, o Ministério já tem muitas realizações no contexto do Programa de Integridade; que os resultados do monitoramento inicial acarretarão reavaliar o planejamento, visto que o Plano é dinâmico; que está em curso a elaboração de Plano de Comunicação, indispensável ao sucesso das ações de integridade, o qual fora objeto da reunião anterior da CTI; que será demandado o apoio da CGU em diversos aspectos. A Sra. **Renata Figueiredo** indagou sobre o relacionamento com terceiros, a exemplo das *bets*, objeto de

Secretaria recém-criada, por tratar-se de setor regulado, passível de ocorrência de conflitos de interesses, mas que demanda, de outro lado, não se criar empecilhos de comunicação, ao que o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** respondeu ter havido evolução do entendimento do MESP, desde uma postura de autonomia total das entidades - questionável, a partir do momento em que há transferência de recursos públicos - até uma posição de ação indutiva junto a confederações, comitês e outras entidades, na qualidade de Ministério supervisor. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** destacou que algumas questões já vêm sendo abordadas a esse respeito; que a questão das apostas esportivas é muito recente; que as estruturas sobre essa temática haviam sido criadas há cerca de um mês; que as equipes respectivas ainda se encontravam em formação; e que tal pauta constitui competência compartilhada com o Ministério da Fazenda; que ele próprio e o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** reuniram-se com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) para conhecer as ações de integridade da entidade; que já se encontram em curso as ações do Pacto pela Integridade no Futebol; que a atuação do Ministério é fundamental no fomento da integridade, como por exemplo, o desenvolvimento de ações de integridade pelos times de futebol; que a temática da integridade pública não se limita às questões internas do Ministério; que a discussão da integridade esportiva serve de veículo para se tratar das demais pautas da temática de integridade; que o tema da extensão a terceiros tem avançado bastante, havendo perspectiva de novos avanços; que o Pacto pela Integridade no Futebol é um projeto-piloto, muito bem desenhado, compreendendo algumas dimensões em que se faz necessária a atuação do Ministério, a exemplo da figura do torcedor e do atleta. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** comentou que, embora sejam dimensões diversas, o Pacto tem grande fundamentação do próprio Plano de Integridade, encontrando paralelo entre suas ações, mas dentro das especificidades do futebol; que o Ministério se reuniu com alguns clubes, tais como São Paulo Futebol Clube e Botafogo de Futebol e Regatas; e que a pauta se encontra mais bem disseminada entre os clubes da Série A. A Sra. **Renata Figueiredo** perguntou especificamente sobre o diálogo com o Sport Club Corinthians Paulista, ao que o informou que havia-se chegado a agendar uma reunião. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** acrescentou que o Plano de Integridade deve necessariamente estar refletido em todas as ações da Pasta, que são também influenciadas pelas diretrizes do Pró-Ética. A Sra. **Izabela Correa** iniciou sua intervenção agradecendo pela oportunidade da reunião, tendo comentado que esta é a quarta reunião em profundidade realizada com Ministérios, com participação da Alta Administração e da área de gestão da integridade; que sentia grande satisfação por observar que a pauta de integridade tem sido gerida em proximidade ao negócio do Ministério, o que muito agrega à Alta Administração; que avalia que a gestão da integridade no Ministério teve grandes avanços; que o Plano de Integridade está muito bem estruturado, com diversas atividades e equipe engajada e interessada na temática, razões pelas quais parabenizou o trabalho realizado; que diversos aspectos apresentados suscitam indagações de sua parte, nomeadamente o grau de desenvolvimento particular do tema de conflito de interesses, para além da internalização das normas pertinentes; que a reunião cumpre os objetivos de conhecer as ações realizadas e de promover a aproximação com a Pasta, pois só seria possível prestar orientação ao se conhecer a realidade particular do órgão; que o MMIP permitiu maior mapeamento da gestão de integridade na Administração Pública Federal; que versões subsequentes do MMIP permitirão adentrar questões mais específicas e alinhar as perspectivas sobre riscos; que fora encaminhado um primeiro relatório do boletim de apoio às áreas setoriais de integridade; que se objetiva em próxima versão o encaminhamento de informações adicionais; e que o *feedback* sobre tais atividades é importante para maximizar a utilidade do apoio prestado pela CGU e conhecer a realidade dos órgãos. Em conclusão de sua intervenção, a Sra. **Izabela Correa** convidou o MESP a propor participação em painel do evento *América Aberta*; reafirmou o papel da CGU como contraparte colaborativa dos órgãos; e escusou-se por não poder acompanhar a reunião em sua totalidade, desejando boa continuidade dos trabalhos. O Sr. **Rodrigo Paiva** perguntou se havia previsão no Plano de Integridade a respeito de expansão da ação junto aos clubes de futebol para outros atores, ao que o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** respondeu que tais ações seriam incluídas na atualização do plano, tendo ainda acrescentado a pretensão de que tais ações impactem não apenas os clubes, mas toda a cadeia de valor, atingindo o ecossistema do futebol - torcedores, agentes econômicos etc. - em sua totalidade. O Sr. **Rodrigo Paiva** recordou, a esse propósito, ação da CGU realizada junto a escolas públicas. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** comentou que tal questão envolve os *stakeholders*, característica atualmente já bastante presente e consolidada na perspectiva da ABCD. A respeito disso, o Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** apontou organismos internacionais, confederações, federações e clubes como atores importantes, sendo por isso necessária sua inclusão na política de integridade, bem como a previsão de

possíveis danos à imagem institucional em decorrência dos riscos associados a tais questões. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** observou que a problemática do futebol ganhou maior vulto após a elaboração do plano; e que tais questões, ao lado de outros temas, como o das certificações e da Lei de Incentivo ao Esporte, demandam a inclusão na pauta de integridade das entidades, que recebem recursos públicos. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** ponderou ser importante avaliar o nível de integridade que pode ser demandado e alcançado por cada entidade. A Sra. **Renata Figueiredo** afirmou que seu questionamento foi motivado por sua percepção da essencialidade da visão atrelada ao negócio da organização, porque geralmente se observa que as ações de integridade, não apenas no setor público, estão encerradas em si mesmas, sem conexão com a área finalística; que concorda com o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** quanto a envolver toda a cadeia do esporte, visto que a opinião pública não necessariamente distingue entre o Ministério e as entidades, de forma que o órgão pode vir a ser responsabilizado por determinadas situações. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** comentou que o próprio esforço institucional de aproximação em relação a entidades, atletas e público pode contribuir para tal percepção. A Sra. **Renata Figueiredo** relatou a experiência da área de *compliance* da Petrobrás, cuja relação de confiança com a área de negócios havia sido gradualmente construída ao longo de uma década, fundada na construção de consciência sobre a integridade ser uma pauta que engloba toda a atividade da organização, de forma que, atualmente, a área de negócios passou a demandar ativamente a área de *compliance* para elaborar o desenho de integridade por projeto. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** comentou ser essa a situação muitas vezes experimentada informalmente no MEsp, com questionamentos frequentes e espontâneos sobre tais questões, o que considerou muito importante para a construção da cultura de integridade. O Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** reportou que, embora haja resistências iniciais, a relação com as entidades adquire maturidade gradualmente; que a proximidade de evento dos BRICS sobre antidopagem, a realizar-se na Rússia, ensejou diálogos entre a ABCD e a AECL, bem como com a Agência Mundial Antidopagem; e que o debate sobre a descentralização das ações antidopagem para as entidades de cada modalidade suscita visões distintas sobre a conveniência de se promover maior amadurecimento institucional por meio da gestão autônoma de tais ações, em contraste com o temor de ocorrência de conflitos de interesse em sua gestão direta pelas próprias entidades. A Sra. **Renata Figueiredo** observou que a discussão sobre conflito de interesses muitas vezes parte da premissa equivocada de impossibilidade de aproximação ou relação entre o público e o privado; que o ideal seria compreender a existência do conflito e buscar sua minimização, a fim de impedir interferência nos processos decisórios, o que o Sr. **Rodrigo Paiva** corroborou, enfatizando a necessidade de sopesar e gerenciar os conflitos, a fim de não permitir que os problemas proliferem. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** avaliou que os problemas verificados geralmente estarão atrelados ao contexto esportivo, a exemplo dos casos de racismo, homofobia e misoginia; que são agendas transversais, evidenciando a necessidade de trabalho em conjunto com as partes interessadas; que a AECL e a Ouvidoria sempre participaram nas discussões das Mesas do MDS sobre políticas públicas e estratégias de monitoramento; que sempre foi pontuado à Secretaria-Executiva a atuação da AECL como aliada da gestão, não como um empecilho ou mera solucionadora de emergências; que a interlocução seria fundamental, em vista do risco de imagem, muitas vezes ocasionado por deslizamentos, a exemplo da recente postagem em perfil do Ministério em rede social sobre as Olimpíadas, interpretada com conotação racista; e que tal interlocução deve engajar a Secretaria-Executiva e as instâncias de gestão de riscos, integridade e tecnologia da informação. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** recordou que os problemas relacionados à pauta do esporte replicam-se também em incidentes no ambiente escolar. A Sra. **Tarciana Barreto Sá** declarou que considera diferenciada a abordagem da AECL e da Ouvidoria, por seu caráter preventivo; que essa característica reflete a situação presente da atuação da própria CGU, mais flexível e participativa; que a SE tem grande confiança no trabalho desenvolvido nessa pauta, em um ambiente político, de recriação recente e com muitos problemas funcionais e estruturais a serem equalizados. A Sra. **Renata Figueiredo** mencionou que a Corregedoria não se limita à função repressiva, detendo conhecimento muito importante sobre a localização das questões de quebra de integridade, o que poderia ser utilizado para se pensar de forma mais sistêmica a prevenção. O Sr. **Felipe Mateus Sampaio da Silva** ressaltou que a atuação da Corregedoria tem se engajado na dimensão preventiva, mas ainda de forma incipiente, em razão da limitação estrutural da área. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** deu prosseguimento à exposição, com a apresentação das ações de comunicação do Plano de Integridade, a respeito das quais comentou que se tratam, inicialmente, de uma série de *cards* para divulgação junto ao público interno do Ministério, com periodicidade semanal até maio de

2025; que seu tema inicial foi o das vedações do período eleitoral, passando-se em seguida a temas clássicos de integridade, valendo-se inclusive de fontes e experiências da CGU; que sua importância se evidencia em vista da alta rotatividade nas equipes do Ministério; que se buscou dialogar com a realidade do MESP e utilizar uma linguagem simples, que boa parte dos colaboradores da Pasta atuam fora da Esplanada dos Ministérios, de forma que qualquer evento teria que ser realizado onde efetivamente se encontram as equipes. A Sra. **Renata Figueiredo** destacou a importância de a comunicação se basear na realidade cotidiana de trabalho; e questionou a ausência de quadros próprios e as dimensões das equipes, ao que foi informado haver cerca de quarenta servidores efetivos, dos quais a maioria é composta de requisitados, além de poucos remanescentes do concurso público realizado em 2008. O Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** informou que a maioria desses servidores remanescentes se encontrava atualmente na ABCD e o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** estimou a força de trabalho total em aproximadamente quinhentas pessoas, cenário que a Sra. **Renata Figueiredo** ponderou apresentar vantagens no que se refere à comunicação. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** expressou sua concordância e frisou que o enfoque via *cards* consiste em uma abordagem inicial, a ser oportunamente expandida. Em seguida, encerrou-se o conteúdo da apresentação, com a exibição do vídeo institucional do Programa T.I.M.E.. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** observou que o regramento da temática de transparência ativa atribuiu à Ouvidoria a responsabilidade referente à qualificação das informações sobre as ações do Ministério com vistas ao acesso à informação, ao passo que à Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) compete a parte referente a notícias e à divulgação, o que o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** considerou ser o formato mais adequado, dada a expertise da Ouvidoria nos requisitos de transparência ativa, ao que o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** acrescentou que tal arranjo permite cumprir o requisito de celeridade na publicização das ações. Em seguida, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** relatou o processo de preenchimento do questionário referente ao Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), tendo comentado que muitos dos tópicos abordados não se aplicavam à realidade do órgão, o que havia gerado certa incompreensão; que compreendia a dificuldade de se customizar uma metodologia traçada para todos os órgãos; que muitos pontos não puderam ser respondidos em razão do contexto de mudança de gestão em 2024, que impediu maiores avanços em certas frentes; que em muitos aspectos o primeiro nível do questionário havia sido atingido, mas não ainda os últimos; que os Ministérios integrantes da gestão compartilhada estariam em desvantagem na avaliação, dado terem estruturas menores e maior grau de burocracia, sendo muito variados os níveis de maturidade no contexto do *ColaboraGov*. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** observou que a metodologia aparentemente considerou todos os órgãos como dotados da mesma estrutura; que, embora tenha havido amadurecimento, a atual estrutural do MESP é muito menor do que já havia sido, não se comparando a estruturas de Ministérios maiores; que a situação deve ser avaliada conforme o *status quo* de cada órgão, pois seria inevitável estabelecer comparações, o que causaria estranhamento e penalização por situações alheias à governabilidade institucional. A Sra. **Renata Figueiredo** informou que a CGU já havia detectado essa questão; que se tem buscado realizar os diálogos setoriais com grupos de órgãos mais semelhantes entre si; que há ainda outra dificuldade relativa ao modelo de maturidade, no que diz respeito à impossibilidade de se abordar a integridade organizacional com enfoque apenas na área de integridade; e essa dificuldade motivara o exercício de se trazer alguns aspectos de outras instâncias para o MMIP, tais como Corregedoria e Ouvidoria, mas sem o intuito avaliativo; que os resultados do preenchimento e o *feedback* dos órgãos permitiria ajustes procedimentais; que a intenção na aplicação do questionário não foi sobrecarregar os órgãos; que, por tais razões, a CGU compreendeu que seria injusto operar na lógica de ranqueamento dos órgãos. O Sr. **Rodrigo Paiva** ressaltou que qualquer metodologia apresentaria dificuldades, por comparar os desiguais; que, por essa razão, o MMIP é proposto não como uma avaliação, mas como uma ferramenta de gestão para autopercepção das organizações e de compreensão do quadro geral pela CGU, como base para a formulação de parâmetros sobre a situação corrente e para avanços futuros; que não há pretensão de divulgação, mas, se muito, fornecer uma ferramenta de autogestão no contexto do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai), não focada em órgãos específicos; que haverá diálogo aprofundado em um segundo momento. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** concordou com a percepção do questionário como uma ferramenta de autoavaliação e mencionou, como exemplo de dificuldades operacionais no preenchimento, a limitação do tamanho dos arquivos a serem carregados na plataforma. A Sra. **Leila Bezerra Motta** sugeriu que se promovesse a integração dos dados já inseridos no e-Aud, ao que a Sra. **Renata Figueiredo** respondeu ser a convergência dos modelos de maturidade uma

prioridade, já havendo estudos em curso a respeito da viabilidade de integração com o e-Aud, entre outras possibilidades, tais como a transversalização de temas que permitam aos temas conexos emergir; e o **Sr. Rodrigo Paiva** acrescentou que, a partir da articulação com foco na integridade, tornar-se-ia desnecessário, em tese, o preenchimento do formulário do modelo de maturidade por todas as áreas, visto que os dados já estariam disponíveis em sistema. O **Sr. Wesley Alexandre Tavares** frisou que, embora não houvesse essa previsão, a Alta Administração foi cientificada do conteúdo das respostas, não no sentido de se buscar uma validação, mas de prover conhecimento das ações ali declaradas; que a pauta tem sido amadurecida junto à Alta Administração, tendo havido ainda poucas reuniões do CGI até o momento, a serem oportunamente retomadas; e que há relação próxima entre o controle interno e a Comissão de Ética, sendo a Secretaria-Executiva da Comissão exercida pela Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka, servidora da AECI. Sobre esse contexto, o **Sr. Aureliano Vogado Rodrigues Junior** ponderou que as áreas afeitas à gestão da integridade terminam por assumir papel de referência para consulta sobre as implicações da temática nos diversos processos em curso, no que a **Sra. Renata Figueiredo** e o **Sr. Wesley Alexandre Tavares** concordaram ser uma atribuição contínua da gestão de integridade. A Sra. **Renata Figueiredo** considerou que as instâncias de integridade do MEsp conseguem dividir bem as funções, ao que o **Sr. Wesley Alexandre Tavares** pontuou que os limites de atuação entre Controle Interno, Ouvidoria e Corregedoria ainda são bastante difusos; e recordou a necessidade de maior definição de fluxos internos, bem como de alinhamento com a CEP, a respeito da remessa e trâmite processual, que exigem cuidados específicos, a fim de se evitar acesso a informações restritas de interesse da CE. O **Sr. Aureliano Vogado Rodrigues Junior** comentou que a dificuldade de dividir as funções é situação que gera conflitos em outros órgãos; que a comunicação entre as áreas no MEsp é bastante fluida, não apenas pela dimensão reduzida do Ministério, mas também pelo compromisso das áreas em evitar sobreposições. A Sra. **Renata Figueiredo** observou que esse tipo de interação tem resolvido muitas dificuldades na prática; que, em sua concepção, o fato de o sistema de gestão da Ética ter sido criado anteriormente ao Sitai e ao sistema correcional, entre outros, levou a que questões antes atribuídas à CEP fossem paulatinamente incorporadas por outros sistemas; que seria importante, diante disso, redefinir o papel das CE; que a mudança de foco para a integridade organizacional sanou sobreposições entre a CE e a área de integridade, mas que persistem os problemas daquela em relação à Ouvidoria e à Corregedoria. O **Sr. Wesley Alexandre Tavares** destacou que o fato de a situação depender de inclinação pessoal dos agentes à comunicação é problemático; que no MEsp há a tendência a se trabalhar as ações de forma unificada, como uma iniciativa comum. O **Sr. Rodrigo Paiva** declarou que uma das grandes tarefas da gestão de integridade é a articulação entre as funções, aspecto no qual considerou estar o MEsp bastante avançado; que uma qualidade relacionada ao perfil de integridade é o conhecimento matricial, em articulação para gerenciar sobreposições, identificar canais e fluxos, entre outras questões a serem gerenciadas no interior dos órgãos; e que as CE deveriam ser menos sobrecarregadas com o aspecto sancionador, a fim de poderem focar a atuação preventiva e de acolhimento, no que as sobreposições seriam menos problemáticas. O **Sr. Wesley Alexandre Tavares** deu prosseguimento à apresentação, destacando as ações realizadas nos anos de 2023 e 2024; e enfatizando a manutenção contínua das ações em transparência ativa e a construção de conteúdo sobre Governança e Integridade na página do MEsp, bem como a interlocução com as entidades esportivas, a respeito da resolução de problemas que envolvam atletas de cada modalidade. O **Sr. Aureliano Vogado Rodrigues Junior** considerou os resultados alcançados nas ações de capacitação muito positivos, em vista de sua receptividade junto aos dirigentes da Pasta; e assinalou os esforços para integrar as entidades esportivas, a despeito de nem todas contarem com órgãos de Ouvidoria. A Sra. **Leila Bezerra Motta** considerou que seria preciso tornar o conteúdo do Portal da Transparência menos opaco; que esta plataforma deveria viabilizar informações para além dos assuntos considerados mais relevantes e proeminentes; que, no caso das políticas públicas para o Esporte, muitas vezes é possível acessar dados sobre os gastos realizados, mas não se avança no detalhamento de ações específicas, diferentemente do que ocorre em relação aos benefícios sociais; que seria necessário detalhar a execução de políticas como o Bolsa Atleta, bem como valores referentes a sanções e contratos, por exemplo; que seria necessário que o portal dialogasse com dados dos Ministérios; que seria necessário um trabalho de base, com a inclusão de indicadores referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas, e de etiquetagem orçamentária, aspectos nos quais considerou haver ainda muito atraso; e que tais necessidades seriam supridas se houvesse um portal de cada Pasta, integrado ao Portal da Transparência. O **Sr. Aureliano Vogado Rodrigues Junior** acrescentou que as limitações de informações

disponíveis estão muito relacionadas às limitações estruturais do próprio órgão, por exemplo, quanto às dimensões de equipe de tecnologia da informação; e que seria cabível incluir ações para os beneficiários diretos de políticas como o Bolsa Atleta, mas, também, para os cidadãos em geral, como os dados relativos a equipamentos públicos de esporte, por exemplo. A Sra. **Renata Figueiredo** respondeu que há muitas expectativas que o Portal da Transparência, por ser muito grande, não pode suprir; que é importante que as Pastas organizem os dados de que dispõem. A Sra. **Leila Bezerra Motta** ressaltou que não bastaria uma relação de *links*, sendo necessário haver interatividade, ao que o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** observou que uma lista de *links* seria apenas um repositório, não uma iniciativa de integração. O Sr. **Rodrigo Paiva** comentou que a integração é um desafio, havendo muitas expectativas sobre as funcionalidades do Portal da Transparência; que há pretensão de trabalhar com uma rede mais dinâmica; e que atualmente a integração se dá por meio da interoperabilidade entre as diversas bases e o Portal. A Sra. **Leila Bezerra Motta** reforçou a ideia de uma plataforma de cada órgão, bem como a criação de um aplicativo que sistematizasse as informações a respeito das políticas públicas de cada Pasta, colocando-se à disposição para fazer uma apresentação de tais propostas. A esse propósito, o Sr. **Daniel de Oliveira Piza** recordou a experiência do Observatório do Desenvolvimento Regional, mantido no âmbito do antigo Ministério da Integração Nacional. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** observou que o Portal da Transparência fora gestado para centralizar dados e informações que atualmente se apresentam em grande volume, sendo necessária uma solução, no âmbito do Portal, que viabilize sua disponibilização. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** e o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** concluíram a apresentação com breves comentários sobre as iniciativas referentes ao concurso *Minuto para o Esporte*, cuja realização foi viabilizada por experiências análogas no contexto da CGU; ao Seminário Internacional sobre a Integridade no Esporte; ao Plano de Ação de Governo Aberto; e ao Pacto pela Integridade no Futebol. A Sra. **Renata Figueiredo** declarou ter sido bastante satisfatória a reunião; que cada visita aos órgãos tem suas especificidades; que considerou impressionantes os avanços realizados pelo MEsp, a despeito do tempo exíguo e das adversidades; que os desafios não impediram haver alto grau de integração entre as áreas; que a CGU tem realmente buscado *feedbacks* sobre o MMIP para melhorias em termos de praticidade e utilidade; e colocou-se à disposição para o que fosse necessário, inclusive no que respeita à realização de eventos específicos, ao tempo em que agradeceu e parabenizou a CTI. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** recordou a previsão de realização de evento sobre integridade no Ministério ainda neste ano, para o que reforçou que seria necessário o apoio da CGU. Nada mais havendo a tratar, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** deu por encerrada a reunião no dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas e vinte e sete minutos, da qual, para constar, eu, **Leonardo Passinato e Silva**, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente por mim, que secretariei, e por todos os integrantes presentes da Câmara Técnica de Integridade.



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Alexandre Tavares, Coordenador(a) da Câmara Técnica de Integridade**, em 14/05/2025, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Passinato e Silva, Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS)**, em 19/05/2025, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Oliveira Piza, Chefe de Assessoria**, em 07/06/2025, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Mateus Sampaio da Silva, Corregedor(a)**, em 09/06/2025, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Anthony Ruy Cunha Moreira, Coordenador(a)-Geral**, em 09/06/2025, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Aline Rabêlo da Silva Neves, Presidente da Comissão**, em 10/06/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Tarciana Barreto Sá, Coordenador(a)-Geral**, em 10/06/2025, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Aureliano Vogado Rodrigues Junior, Ouvidor(a)**, em 11/06/2025, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **15968383** e o código CRC **DB4E53D0**.

Referência: Processo nº 71000.078089/2023-62

SEI nº 15968383

Criado por [leonardo.passinato](#), versão 75 por [wesley.tavares](#) em 14/05/2025 11:42:25.